

# A ESCOLHA DE UM SECRETÁRIO-GERAL PARA A ONU

*Gonçalo Santa Clara Gomes*

## **O PAPEL ACTUAL DO SECRETÁRIO-GERAL**

Há alguns anos atrás, ouvi Perez de Cuellar comentar que os livros de memórias dos dirigentes políticos americanos não continham referências à ONU, mesmo nos múltiplos casos em que a acção das Nações Unidas facilitava a política externa americana. A verdade é que, desde a sua fundação (que promoveram), os Estados Unidos tenderam a olhar para a organização como uma criatura sua, um instrumento imperfeito mas útil nos campos limitados em que era chamada a intervir.

Depois da Guerra Fria, a situação mudou. As memórias de Madeleine Albright, que foi representante na ONU, e depois secretária de Estado, contêm amplas referências à organização. Esta passou a contar mais no pensamento estratégico americano, mas no aspecto negativo a ser objecto de frequentes irritações de certos sectores políticos: Boutros Galli viu os americanos recusarem-lhe um segundo mandato; o Congresso criou dificuldades financeiras à organização com o atraso no pagamento das contribuições e, mais tarde, com a fixação de um tecto mais baixo do que o devido à percentagem da contribuição dos EUA; mais recentemente, no primeiro mandato do actual Presidente Bush, o tom das acusações e críticas à ONU subiu de tom – e ainda recentemente o embaixador Bolton deixou escapar algum vitriolo em relação a declarações do subsecretário-geral Malloch Brown. Houve mesmo uma tentativa de envolvimento de Kofi Annan no «escândalo» do programa «Oil For Food», à volta de irregularidades que o Conselho de Segurança (que não as ignorava) pouco nada tinha feito para prevenir ou sequer fiscalizar. A verdade é que nos últimos quinze anos a ONU, e o secretário-geral, aproveitando o espaço criado pelo fim da bipolaridade, ganharam um papel na ordem internacional que antes não tinham. Os anos 90 foram os da realização de grandes reuniões internacionais a alto nível, culminando na Cimeira do Milénio, que precisaram melhor princípios e objectivos da comunidade mundial e contribuíram para a densificação de uma cultura e abertura «ética» internacional, embora recheada de ambiguidades. Assistiu-se também à implosão de vários estados, sobretudo em África, levando à criação de um número inusitado de operações de paz, a maioria delas organizadas e dirigidas por Nova York.

O aparecimento de novas ameaças levou mesmo Kofi Annan a criar uma comissão que, mais do que a reforma das Nações Unidas, visava propor respostas ao conjunto de desafios que a humanidade enfrenta: a disseminação de armas de destruição maciça, o terrorismo e a criminalidade organizada, as alterações climáticas, o reafirmar dos objectivos de desenvolvimento do Milénio, o alargamento do Conselho de Segurança, o esclarecimento de legitimidade de guerras preventivas. Que uma organização criada como instrumento de uma política mundial dirigida por outros tomasse a iniciativa de promover alterações da ordem internacional, e isto na sequência do falhanço americano em obter o apoio da ONU para a sua intervenção no Iraque, só não provocou reacções americanas fortes porque os EUA passavam por dificuldades em vários dos seus campos de acção. Mas o papel da ONU já não é o que era; a sua evolução, embora lenta e pouco apoiada, mostra a indispensabilidade deste instrumento da governação internacional, actuando em conjunção com outras organizações e com redes de contactos, cujo papel cresceu.

Para esclarecer a dimensão da tarefa, faria apenas algumas observações sobre o papel do secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) no mundo actual:

- O SGNU já foi definido como o «sexto membro permanente» do Conselho de Segurança (CS). Com efeito, o secretário-geral está presente ou faz-se representar em todas as reuniões do CS e, na maior parte dos casos, as resoluções do Conselho são preparadas pelo Secretariado, depois de recolhidas as sensibilidades dos países mais interessados. Isto dá ao secretário-geral um considerável poder de iniciativa junto a uma permanência constante no CS. Como não representa interesses nacionais mas fala em nome da sua interpretação do bem comum da humanidade a sua autoridade é respeitada por uma maioria.
- O SGNU actua como intérprete e porta-voz da «comunidade internacional» e como advogado do direito e dos valores consagrados na Carta e nas sucessivas reuniões e conferências internacionais. Para uma maioria de países que sentem dificuldade em fazer ouvir a sua opinião num organismo com mais de 190 membros, o secretário-geral é visto como um potencial advogado dos seus interesses e até como uma espécie de «Tribuno da Plebe», para usar um paralelo histórico muito imperfeito.
- O Secretariado e as agências especializadas estão em contacto directo com múltiplas organizações internacionais não-governamentais e com representantes das sociedades civis. De algum modo, estes contactos, bem como uma comunidade de interesses teoricamente supranacionais entre organismos intergovernamentais e privados, reforçam o papel dos dirigentes da superestrutura de órgãos mundiais e regionais, a começar pelo secretário-geral.
- Apesar de promover e dirigir muitas operações de paz, o SGNU não tem meios nem mandato para ser decisivo em termos de grandes equilíbrios estratégicos ou na resolução de conflitos em que as grandes potências têm interesses marcados. Mas isto

reforça o seu papel de defensor e arauto do desenvolvimento económico e social, sobretudo dos países menos desenvolvidos, e de promotor da justiça internacional.

- O SGNU escolhe os chefes das grandes agências internacionais, como os altos-comissários para os Direitos Humanos e os Refugiados, o PNUD e representantes pessoais de perfil elevado para grandes problemas. São assim grandes a autoridade, o prestígio e o poder de quem quer que seja escolhido para o cargo. Mais: as expectativas de muitos quanto à sua acção, a confiança que nele depositam, os pedidos que lhe dirigem, o estatuto não-oficial que quase o equipara a Chefe de Estado, a atenção com que os meios de comunicação social rodeiam as suas palavras, a dinâmica e ambições de um Secretariado que deseja valorizar o seu estatuto, o prestígio e valor pessoal das figuras políticas que aceitam ser escolhidas por ele para dirigir agências internacionais ou representá-lo, tudo isto impele qualquer secretário-geral, mesmo de modestas origens nacionais (passe a expressão), a querer empregar todo o poder de que dispõe e a valorizar a ONU e o seu cargo.

### **QUEM PODERÁ SER O PRÓXIMO SECRETÁRIO-GERAL**

O papel, as funções e o que há a esperar do próximo secretário-geral, e qual a personalidade mais adequada para o lugar, tem de ter em conta as mutações em curso, ou já ocorridas, do sistema e da ordem mundial.

Certamente que estas considerações serão tidas, parcialmente, em conta pelos membros permanentes do Conselho de Segurança. Mas nem os EUA, nem a China, nem a Rússia desejam, neste momento, entronizar um forte líder mundial. Na verdade, não há ainda acordo entre eles sobre o que uma eventual nova ordem mundial deva ser e sobre como

repartir e enfrentar as responsabilidades mundiais e, menos ainda, que posição exacta deverão ocupar as Nações Unidas. Assim, o mais que se deve esperar é a escolha de um secretário-geral que seja aceitável

NEM OS EUA, NEM A CHINA, NEM A RÚSSIA  
DESEJAM, NESTE MOMENTO, ENTRONIZAR  
UM FORTE LÍDER MUNDIAL.

para os Estados Unidos, que não pretenda (pelo menos por agora) excessivo protagonismo e que saiba gerir uma enorme organização, com mais forças militares espalhadas pelo mundo do que qualquer país excepto os EUA, e com responsabilidades directas e indirectas em imensos campos, desde os refugiados ao desenvolvimento, à prevenção e restabelecimento da paz em regiões conturbadas, incluindo esforços de mediação de conflitos de quase impossível solução.

O secretário-geral é escolhido de acordo com as regras estabelecidas na Carta: a Assembleia Geral nomeia-o, sob proposta do Conselho de Segurança. Na prática, isto significa que a responsabilidade fundamental é do Conselho de Segurança e, particularmente, dos membros permanentes, que têm nesta questão um direito de veto. Mas, além de não serem vetados, os candidatos a secretário-geral devem obedecer a alguns requisitos, formalmente consagrados ou não: não devem provir de membros permanentes do Conse-

lho de Segurança e deve seguir-se uma rotação regional. Isto, além de se esperar do secretário-geral independência, iniciativa, capacidade, respeito pelos interesses da comunidade internacional, neutralidade entre grandes grupos, etc.

Mas o processo, que envolve a obtenção de um consenso dos membros permanentes, acaba, inevitavelmente, por não ser transparente. As preocupações de cada um destes levam a que um ambiente de secretismo envolva as sondagens e trocas de impressões entre os grandes. Durante este processo, os candidatos de que se fala podem até ser afastados e considerados outros não interessados, ou que esconderam o seu interesse até então.

Quando o processo chega à Assembleia Geral, espera-se que esta, depois da ansiosa espera a que foi sujeita, acabe por aceitar o recomendado. De resto, não há uma campanha aberta para o cargo, não tem que haver audições, não têm que ser anunciados programas ou intenções.

O princípio da rotação levaria a que, desta vez, fosse eleito um candidato originário da Europa do Leste – é o único grupo regional que nunca teve um ocupante da Secretaria-Geral. Mas as transformações recentes da vida internacional levaram a que, se o grupo continua a subsistir, a sua divisão entre membros da NATO e até da UE, e não-membros, torna aconselhável afastar esta opção. Parece assim aceitar-se que o próximo secretário-geral será um asiático.

Como a posição americana tem sido sempre central nesta questão, vale a pena referir que recentemente George W. Bush indicou que procuram agora um candidato do «Extremo Oriente». Acrescentou que «de maneira nenhuma» será contra um muçulmano. «Sou favorável a qualquer um cujo critério seja difundir a noção de liberdade, encorajar a paz,

fazer coisas difíceis como opor-se à tirania, preocupar-se com a condição humana, denunciar as violações dos direitos humanos», disse ainda o Presidente.

Seria difícil não estar de acordo com Bush, e com os critérios que propõe. Mas é claro que, embora haja algum progresso na defi-

COMO A POSIÇÃO AMERICANA TEM SIDO SEMPRE CENTRAL NESTA QUESTÃO, VALE A PENA REFERIR QUE RECENTEMENTE GEORGE W. BUSH INDICOU QUE PROCURAM AGORA UM CANDIDATO DO «EXTREMO ORIENTE».

nição das normas e princípios internacionais, pode não haver consenso entre os membros permanentes do CS (e até dentro da AG) sobre a interpretação de noções como «tirania», «liberdade» e «direitos humanos». E certamente que será difícil definirem em conjunto uma hierarquia entre as prioridades relativas da acção internacional em casos concretos.

Note-se ainda, nas palavras de Bush, a quase ausência de duas questões-chave para muitos. Uma é a noção de desenvolvimento, que os países menos ricos tendem a ver como secundarizada pelo mundo ocidental. «Preocupar-se com a condição humana» cobre genericamente este tema mas não é uma referência explícita aos objectivos de desenvolvimento do Milénio como uma tarefa prioritária do secretário-geral, nem

implica o compromisso de o apoiar nos seus esforços. Por outro lado, «encorajar a paz» fica aquém da tarefa gigantesca de prevenção, gestão e resolução de conflitos em que a ONU tem estado envolvida, e certamente que não aponta para qualquer papel principal do futuro secretário-geral nas questões estratégicas e de segurança que a todos preocupam. Note-se, porém, que estamos perante declarações informais e improvisadas do Presidente e que seria errado tentar limitar a posição americana ao que vem citado. Mas há sempre uma contradição difícil de sanar entre um país que se sente no dever de conduzir a política internacional e uma organização que, por natureza, tem que responder também a outras vozes e apelos. Uma ordem baseada no poder material, mesmo que idealisticamente usado, tende a chocar com ideias de ordem multipolar, multilateral, com fontes de legitimidade variadas, pluridimensional.

De qualquer modo, as preocupações americanas não são as únicas em consideração. Tratando-se de um asiático, é natural que a China olhe com particular atenção os diversos candidatos. É positivo que a China tenha feito saber que não se oporia à eleição de um indiano e que a Índia, embora pretenda um estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança, poderá apoiar um candidato seu (aliás, mesmo que o CS seja alargado e a Índia se torne membro permanente, é natural que não lhe seja estendido o direito de veto, o que a coloca, e a outros novos membros permanentes, numa posição diferente da dos países a que a Carta já conferiu este estatuto).

Por outro lado, a Rússia, a Inglaterra e a França têm também uma palavra a dizer. A França faz questão em que o secretário-geral fale francês, mas isso hoje parece já não pesar muito. Mas todos terão em atenção a orientação política e as intenções dos candidatos porque, por amigos que todos sejam, ninguém quer favorecer a posição e a liderança de ninguém.

Alguns nomes têm sido mencionados como candidatos oficiais ou quase. Quatro aparecem neste momento em liça: Surakiart Sathirathai, vice-primeiro-ministro da Tailândia; Ban Ki-Moon, ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul; Shashi Tharoor, indiano, secretário-geral adjunto para os Assuntos da Informação da ONU; e Jayanta Dhanapala, diplomata do Sri Lanka. A candidatura de Sathirathai é a mais antiga e com mais apoios asiáticos declarados – mas o facto é que não se verificou entusiasmo à volta do seu nome. O mesmo se passa com o diplomata srilankês, igualmente competente, mas originário de um país relativamente pequeno. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul também não vê discutidas as suas qualificações para o cargo; mas a China ponderará os efeitos da sua eventual eleição sobre a Coreia do Norte e a proximidade do seu país em relação a Washington, e também para os outros membros do CS a evolução da questão da Coreia do Norte será com certeza ponderada. Shashi Tharoor tem a vantagem e o inconveniente de ser indiano, mas a China já declarou não se opor à eleição de um natural da Índia (talvez na esperança de evitar a inclusão deste país no CS como membro permanente) e Tharoor já esclareceu que a candidatura indiana ao CS não

era incompatível, nem coincidia no tempo, com a sua disponibilidade para a Secretaria-Geral da ONU. A candidatura de Shashi Tharoor é complexa também pelo facto de ser um próximo colaborador de Kofi Annan (associação que pode não ser bem vista por todos embora o valorize aos olhos de muitos) e, até agora, o apoio do seu governo não tem sido muito caloroso, talvez por se tratar de um funcionário internacional e haver outros potenciais interessados mais próximos dos círculos do poder em Deli. Claro está, ainda, que ao Paquistão não interessa ver um candidato do país vizinho no mais alto posto internacional. Mas também poderá jogar em seu favor a recente aproximação da Índia e dos EUA, bem como o facto de Tharoor falar bem francês.

Ramos-Horta, tendo assumido responsabilidades cruciais em Timor, parece afastado da corrida, além de que o seu país prometeu apoio à Tailândia. Uma candidatura islâmica, por exemplo da Indonésia, não poderá ser excluída e poderia ter vantagens no momento actual. E outros países poderão, em caso de impasse, fornecer nomes qualificados da política e da diplomacia.

Visto à distância, todos os candidatos podem servir. Nenhum grangeou fama de reformador empenhado e preparado para desafiar grandes e pequenos. Todos parecem ter competência, dedicação, experiência e bom senso. Mas, como creio que já disse, o cargo

de secretário-geral traz consigo uma carga de influência, dignidade, autoridade e poder que torna difícil prever como qualquer candidato, consciente das realidades mundiais, decidirá definir-se se eleito. Por mais cuidado que haja em mantê-lo neutro, o cargo não deixará de forçar qualquer

O CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL TRAZ CONSIGO UMA CARGA DE INFLUÊNCIA, DIGNIDADE, AUTORIDADE E PODER QUE TORNA DIFÍCIL PREVER COMO QUALQUER CANDIDATO DECIDIRÁ DEFINIR-SE SE ELEITO.

secretário-geral a fazer o melhor que souber e puder. E, inevitavelmente, nenhum renunciará à herança e às ambições de Annan – além de que o hábito ajuda a fazer o monge.

### **O QUE SE PODERÁ ESPERAR DA ONU E DO PRÓXIMO SECRETÁRIO-GERAL**

Será ilusório querer escolher um secretário-geral sistematicamente atento e respeitoso, mesmo daqueles que não vetam a sua escolha por esperarem que respeite a ordem de poderes que resultou de Ialta e da evolução subsequente. De qualquer modo, quem o Conselho de Segurança irá procurar para recomendar à Assembleia Geral como secretário-geral será alguém que compreenda e aceite as realidades do poder, que assegure a continuidade sem sobressaltos, que procure prosseguir a reforma das Nações Unidas em termos de eficácia e boa gestão, que seja respeitado e aceite por todos, que seja gerador de consensos e facilitador de acções favorecidas pelos países de maior influência, que use com moderação e cautela a sua influência e autoridade. No momento em que escrevo, é ainda este o perfil que poderia obter o consenso, ou, pelo menos, a não-oposição dos Estados Unidos.

O que se pode esperar do secretário-geral nos próximos cinco anos? Eu responderia à questão em três pontos.

Em primeiro lugar, cabe mencionar o assegurar da continuidade da acção internacional que as Nações Unidas têm procurado levar a cabo desde a sua criação. Qualquer secretário-geral terá de ocupar-se da gestão desta gigantesca multinacional, gestão tanto mais complexa quanto os resultados que produz são difíceis de avaliar e o orçamento, embora elevado, é escasso para as necessidades, dependendo quase exclusivamente de contribuições dos estados-membros. A acção do secretário-geral está assim continuamente sujeita ao escrutínio dos maiores contribuintes e exige uma gestão cada vez mais cuidadosa, transparente e rigorosa do orçamento. Isto inclui não aceitar encargos ou tarefas para que a organização não tem meios suficientes, mesmo que a ONU sinta que deveria realizá-los. Impõe-se também prosseguir os esforços de reforma e racionalização da gestão, à luz das lições, negativas e positivas, que vão sendo aprendidas.

Também há que dar continuidade a outra tarefa com raízes antigas e a que a Carta dá prioridade: a promoção da paz no mundo e nomeadamente a prevenção, gestão e resolução de conflitos, entre e dentro de nações, que eclodiram com excepcional violência desde o fim da Guerra Fria. Aqui, os resultados obtidos pelas Nações Unidas são insatisfatórios já que as tentativas de prevenção de conflitos e as actividades de mediação e promoção de negociações entre as partes são muitas vezes tardias e intervêm só depois da abertura de hostilidades. Por outro lado, as Operações de Manutenção da Paz (OMP), mesmo quando eficazes a curto prazo, têm tido um êxito relativo: 50 a 60 por cento dos conflitos a que é posto fim através de uma OMP, reacendem-se no prazo de cinco anos. Por proposta portuguesa, apresentada à Assembleia Geral em Setembro de 2003, foi agora criada uma Comissão de Construção da Paz que actuará em países saídos de conflito ou fragilizados reunindo três factores: a segurança, o reforço das instituições nacionais e o desenvolvimento. Era um instrumento que faltava e que, se bem utilizado, e se completado com outros mecanismos, nomeadamente de previsão e alerta, poderá ser muito útil.

Outra tarefa tradicional tem que ver com a ajuda humanitária e os problemas imensos de refugiados e deslocados. Mais uma vez, os meios são escassos e a resposta internacional insuficiente. O apelo a uma maior generosidade dos estados e de privados, bem como uma melhor coordenação das múltiplas organizações envolvidas são prioridades para o secretário-geral.

Uma outra esfera de actividades em que há muito que esperar do secretário-geral tem que ver com o contributo específico e importantíssimo que a ONU tem dado nos sessenta anos da sua existência para a construção de uma comunidade internacional. Esta expressão «comunidade internacional» faz sorrir alguns já que é, em grande parte, oximorónica, uma contradição nos termos. Mas tudo o que se tem feito para definir e estender as regras e os princípios válidos nas relações internacionais, para criar uma cultura universal baseada no respeito da dignidade dos direitos humanos e da boa governação, para procurar consensos sobre valores, justiça e desenvolvimento, para pôr fim ao colonialismo e incluir novos estados, mesmo os mais atrasados e «diferentes», e outros actores,

tem o propósito de aprofundar a sociedade de estados e levá-la, a prazo, a aproximar-se da ideia de uma comunidade internacional.

Este esforço inclui, ainda que limitado pelo princípio da não intervenção nos assuntos internos, uma tentativa de impor aos estados o respeito por padrões e valores comuns, de os ajudar a transformar-se por princípios de liberdade, tolerância e democracia. Mas este trabalho impõe também uma preocupação crescente pela justiça nas relações internacionais, pelo triunfo do Direito e pela diminuição das desigualdades.

Ora, pelo contrário, os enormes progressos realizados em várias regiões e países não impediram algum aumento dos antagonismos, rivalidades e diferenças de desenvolvimento económico, social e humano. As grandes conferências dos anos 90, bem como os objectivos do Milénio, visaram justamente reforçar esta base de desenvolvimento e justiça sem os quais continuará a aumentar a desigualdade, o sentimento de heterogeneidade, a conflitualidade e a percepção de uma injustiça. Em tudo isto, a ONU e as outras organizações e agências têm tido um papel de liderança. Mas a acção do futuro secretário-geral, na continuidade aliás da de Kofi Annan, tem de dar prioridade e urgência a este trabalho.

O paradoxo da ONU está em que a sua actuação é tanto mais eficaz quanto menos dependente estiver da sua própria acção e mais contar com o apoio, a motivação e até a liderança de outros. Tudo o que referi atrás que se deve esperar de um secretário-geral exigirá deste que procure e obtenha a cooperação dos grandes estados, de todos os membros, das organizações internacionais e regionais, das ONG e das opiniões públicas. Caso seja possível juntar todos estes elementos em acções comuns, o êxito é certo. Se, pelo contrário, se multiplicarem as resistências ou o cepticismo, pouco será feito. O maior sucesso que um secretário-geral pode ter é o de mobilizar o máximo de apoios para iniciativas, nem que tenha como preço o próprio apagamento da sua acção. A pru-

dência e a modéstia são aqui importantes.

Isto vale sobretudo para as questões que associamos mais estreitamente com a «ordem internacional». Em certo sentido, Kofi Annan foi longe de mais ao tomar a iniciativa de propor uma vasta reforma das Nações Unidas acoplada à tentativa de for-

O MAIOR SUCESSO QUE UM SECRETÁRIO-GERAL  
PODE TER É O DE MOBILIZAR O MÁXIMO  
DE APOIOS PARA INICIATIVAS,  
NEM QUE TENHA COMO PREÇO O PRÓPRIO  
APAGAMENTO DA SUA ACÇÃO.

mulação de uma resposta global aos grandes desafios que a humanidade hoje enfrenta. Diria que uma nova ordem internacional, não a proclamada pelo primeiro Bush, nem a desejada pelo segundo, é necessária. Mas as grandes alterações da ordem costumam vir na sequência da reordenação de poderes resultante de grandes guerras ou revoluções. Para que esta ordem mude será preciso que os desafios e as preocupações globais atinjam um poder de motivação dos grandes actores equivalente ao de uma grande catástrofe, e que os leve a negociar respostas comuns, incluindo o nível das responsabilidades pela governação global e os princípios da organização da vida internacional. As inquietudes



tações recentes talvez nos estejam a aproximar desse estágio e a mudança de administração americana dentro de pouco mais de dois anos pode provocar um movimento nesse sentido. Mas esse movimento é extremamente difícil já que poucos países e regiões estão satisfeitos com o lugar que agora ocupam, ou com a marcha das coisas do mundo, e que a conciliação de visões e interesses necessária não é uma realidade.

Obviamente que a ONU se sente com direito a um lugar maior na nova ordem e que esse é também o desejo de muitos. Mas um novo secretário-geral tem de ser aqui extremamente cauteloso para não complicar mais o que já é quase impossível. Tudo o que ele fizer na boa gestão das tarefas da ONU e na promoção de uma comunidade internacional justa é já uma contribuição para a melhoria da ordem. Pode também dar uma contribuição adicional para a melhoria dos entendimentos entre potências e grupos, para um melhor equilíbrio dos poderes mundiais e para a promoção de respostas e acções comuns – mas só tendo o cuidado de agir com outros, de seguir aqueles que pretende liderar, de influenciar movimentos de ideias e de opiniões. Como diria D. João II, aqui é tempo de voar de coruja, não de falcão.

## **A EUROPA E A ONU**

Quero só apontar uma contradição nesta relação.

Os países da União Europeia são, em conjunto, o maior contribuinte para o orçamento regular das Nações Unidas. São também o maior contribuinte para o orçamento das operações de paz conduzidas pela ONU, em ambos os casos com quase 40 por cento. Levam também vantagem nítida no que respeita a contribuições voluntárias para a ONU e para o conjunto do sistema de organizações e agências internacionais. Acresce que os vinte e cinco países membros, quando falam a uma só voz, têm um peso decisivo nas negociações e nas decisões tomadas na ONU ou noutros *fora*. A UE dispõe, para além da influência que lhe dá a sua contribuição financeira para as organizações, de um imenso *soft power* que reforça as decisões que apoia. Este poder advém-lhe, em parte, das boas relações que mantém com todas as regiões do mundo, da dimensão da ajuda pública ao desenvolvimento que disponibiliza e do relativo desinteresse em retirar benefícios políticos e estratégicos que assume nas negociações internacionais.

Mas onde está a Europa nas negociações para a escolha de um novo SGNU? O Reino Unido e a França representam-se a si próprios e não à UE – esta não tem lugar, como tal, no Conselho de Segurança. Ora as Nações Unidas são um instrumento de acção e governação internacional conforme com a filosofia política europeia e com o kantianismo de base da construção europeia. Apesar da influência real que tem nas decisões da Assembleia Geral e de outros órgãos das Nações Unidas, creio que a relação da UE com a ONU está ainda longe de assumir para nós a importância proporcional à que têm na nossa reflexão as relações transatlânticas ou o alargamento da União.

Chamo a atenção para este aspecto porque penso que, em compensação do apoio fundamental que damos à ONU, deveríamos procurar com a organização um entendimento

mais estreito, por exemplo, quanto à nossa política em África ou no Mediterrâneo. E que deveríamos, não imitar os EUA nas pressões que fazem sobre a ONU, mas influenciar mais fortemente, com mais activa presença e melhor estratégia, a acção e a orientação da organização, e apoiar o secretário-geral.

E fico por aqui, para não entrar na questão de saber se a União Europeia tem uma ideia clara do que deseja que seja a ordem internacional num mundo em rápida mutação, o que me levaria demasiado longe. E deixo também em aberto a questão de saber se um futuro secretário-geral asiático não ajudará a acentuar a centralidade do Pacífico nas relações internacionais, em detrimento do Atlântico. **RI**

**28 DE JULHO DE 2006**